

Mais uma etapa cumprida

A inesperada dificuldade que os negociadores brasileiros encontraram para fechar o acordo com o Clube de Paris foi conseqüência tanto da péssima imagem do Brasil que, por nossa culpa, até recentemente se projetava nos mercados financeiros internacionais como da falta de sensibilidade política dos países industrializados, que tentaram cobrar até o último centavo de um devedor cujas dificuldades financeiras conhecem bem, pois foram eles que ajudaram a aprovar, no Fundo Monetário Internacional (FMI), o programa de ajuste econômico desse devedor.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, que chefiou a equipe brasileira, confessou que não esperava negociação tão difícil. Tanto o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, como o próprio Gros visitaram previamente os principais países credores do Brasil, para antecipar os termos do acordo que seria proposto em Paris e para manifestar o claro desejo do governo brasileiro de resolver o mais rapidamente possível, e de maneira aceitável para ambos os lados, o problema da dívida externa. Nos contatos com autoridades econômicas e financeiras dos países visitados, nem Marcílio nem Gros perceberam sinais de maiores dificuldades à aceitação da proposta brasileira.

As conversações em Paris, porém, mostraram que, além dos problemas típicos de uma negociação entre devedor e credores, outro seria lembrado, ainda que indiretamente: o recente passado de mau pagador do Brasil. Com a moratória unilateral decretada pelo governo, ao tempo em que Dilson Funaro ocupava o Ministério da Fazenda, a credibilidade brasileira nos mercados financeiros de todo o mundo caiu para zero. A renegociação fechada em 1988 pelo então ministro Mailson da Nóbrega nem chegou a produzir resultados, pois suas cláusulas começaram a ser desrespeitadas pouco tempo depois. A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello foi legatária desse mau comportamento, mas, em vez de melhorar a imagem do Brasil junto à comunidade financeira internacional, tratou

de piorá-la, com suas ameaças e com sua empáfia.

É até compreensível que os governos credores reunidos no Clube de Paris tenham sido duros com um devedor com tal currículo. Mas esses governos — que, por reconhecidas razões estratégicas, agiram politicamente na renegociação das dívidas da Polônia (recém-libertada do regime comunista) e do Egito (por seu papel no Oriente Médio) — demonstraram falta de visão política ao não perceberem a importância de seu apoio à recuperação da economia brasileira, fator decisivo para o crescimento da América Latina, onde se encontram hoje algumas das melhores opções para os investidores internacionais. E, por ironia, negou-se qualquer benevolência ao governo Collor justamente no momento em que todo o esforço do seu ministro da Economia no **front** externo destina-se justamente a apagar, com atos concretos, a má imagem que outros ministros projetaram do Brasil.

O acordo, afinal, saiu e representa um marco importante para a normalização das relações do Brasil com o mundo financeiro. Não saiu, pelas razões expostas, da forma como o governo queria. O prazo, que se pretendia de 18 ou 20 anos, foi reduzido para 12, com outros dois anos de carência. O valor reescalonado não foi de US\$ 14 bilhões (de uma dívida total de US\$ 21 bilhões), mas de US\$ 11 bilhões. Nos próximos dois anos o Brasil terá de pagar US\$ 4 bilhões, e não US\$ 3,2 bilhões, como o governo queria.

Ainda que não tenha sido fechado nos termos mais favoráveis para o Brasil, esse acordo deixa livre o caminho para o acerto com os credores particulares. Mais ainda, a conclusão das negociações com o Clube de Paris permite ao governo brasileiro negociar créditos oficiais que estavam fechados há algum tempo. Alguns desses créditos já estavam até aprovados, como os cerca de US\$ 2 bilhões do chamado Fundo Nakasone, do governo japonês.

Mais uma etapa foi cumprida no esforço para reinserir o Brasil na comunidade financeira internacional.